



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE –
FEAC

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MUNICIPAL À DISTÂNCIA

MACEIÓ
2025

SUMÁRIO

1 – Dados de Identificação do Curso.....	03
2 - Introdução.....	04
3 – Justificativa	05
4 – Universidade Aberta do Brasil: Objetivos	07
5 - Diretoria de Educação a Distância da Capes.....	07
6 - Caracterização Regional.....	08
7 - Integração e Articulação da Educação a Distância da UFAL ao Sistema Universidade Aberta do Brasil.....	09
8 - Aspectos institucionais	09
9 - Concepção do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal	12
10 - Estrutura Administrativo-Pedagógica.....	27
11- Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico-Administrativa.....	30
12 -Diretrizes de avaliação.....	34
13- Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).....	38
14 - Processo de comunicação-interação entre os participantes.....	38
15 – Interaçã0 entre tutores (presenciais – quando for o caso – e à distância), docentes e coordenadores de curso à distância.....	39
Referências.....	40

1 Dados de identificação do curso

a) Nome do curso:

Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

b) Proponente:

Universidade Federal de Alagoas (FEAC-UFAL)

Código: 577

Município-Sede: Maceió

Estado: Alagoas

Endereço do Campus sede: Rodovia BR 101, Km 14 Campus A. C. Simões – Cidade Universitária, Maceió /AL - CEP: 57.072 - 970. Fone: (82) 3214 -1100 (Central)

Portal eletrônico: www.ufal.edu.br

c) Público-alvo:

Profissionais e demais interessados no setor público, em especial com interesse e ou atuação nos municípios.

d) Número de vagas:

Serão ofertadas 150 vagas.

e) Formas de ingresso:

O ingresso se dará por meio de processo seletivo pelo SIGAA com a condução da coordenação.

f) Duração do curso:

O curso foi concebido para ser integralizado em 18 meses (incluindo o trabalho de conclusão de curso – TCC)

g) Previsão para início das atividades:

Agosto de 2025.

2 Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB, e, conseqüentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização em Gestão Municipal e de especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera municipal.

Para atender a demanda pela formação de gestores públicos nos entes da federação do Brasil, a Ipes oferece o Curso de Especialização em Gestão Municipal no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Regulamento Didático da UFAL;
- Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da UFAL.

3 Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, esse fundo foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. No entanto, o Poder Público Municipal deve estar

preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsavelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da administração pública municipal.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, os gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação da política pública municipal.

4 Universidade Aberta do Brasil: objetivos

De acordo com o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

5 Diretoria de Educação a Distância da Capes

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio de concessão de bolsas e auxílios, planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância, a formulação, a

implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EAD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

6 Caracterização regional

O Estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 3 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e 13 microrregiões que abrigam uma população estimada em 3.337.357 (três milhões, trezentos e trinta e sete mil, trezentos e cinquenta e sete) habitantes em 2019.

A taxa de analfabetismo de Alagoas de pessoas com 15 anos ou mais, que passou de 18,3% em 2017 para 17,2 % em 2018, ainda faz o estado permanecer como aquele que apresenta o maior índice nesse quesito no país. O mesmo ocorre com o número médio de anos de estudo da população de 25 anos ou mais, que passou de 7,1 anos em 2017 para 7,3 anos em 2018, mas que ainda é o menor resultado entre os estados brasileiros.

A universidade está na etapa final do processo educacional, porém, é nela que são formadas parcelas consideráveis dos profissionais ligados à educação no estado de Alagoas.

Na modalidade de Educação a Distância, é mister a oferta do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, com o intuito de formar gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercer a gestão na esfera regional, nacional e internacional, de forma a contribuir para o desenvolvimento do País.

Com isso, os cursos da modalidade de educação a distância irão colaborar para

que as práticas de ensino da UFAL, construídas socialmente, a partir da observação da vida e do mundo do trabalho, façam dos estudantes, sujeitos históricos com capacidade de intervenção na realidade, tal qual está proposto nas diretrizes das práticas pedagógicas do projeto político pedagógico da UFAL

7 Integração e articulação da Educação a Distância da Ipes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil

O curso de Especialização em Gestão Pública Municipal a distância está planejado para ser ofertado nos Polos de Apoio Presencial.

Quadro 1 – Polos presenciais e número de vagas ofertadas

Município – Polo	Número de Vagas
Arapiraca	30
Maceió	30
Maragogi	30
Santana do Ipanema	30
Penedo	30
Total	150

8 Aspectos institucionais

A Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, criou a Universidade de Alagoas, então identificada com a sigla Ual. Assim, pela composição de instituições de ensino superior autônomas, característica que marcou a expansão do ensino superior público no governo de Juscelino Kubitschek, foi criada a primeira universidade pública de Alagoas.

Com o Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, que fixou princípios e normas de organização para as universidades federais, a instituição assumiu oficialmente a nomenclatura atual, Universidade Federal de Alagoas, Ufal, tendo seu plano de reestruturação sido aprovado no ano seguinte, pelo Decreto nº 61.897, de 13 de

dezembro de 1967.

Em 2019, aos seus 58 anos de história, a UFAL ratifica sua condição de maior e melhor instituição de ensino superior do estado de Alagoas.

É uma instituição vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

A UFAL no Estado de Alagoas a sua área de atuação geográfica, conta com os campi observado na figura 1, além da sua reitoria instalada em Maceió.

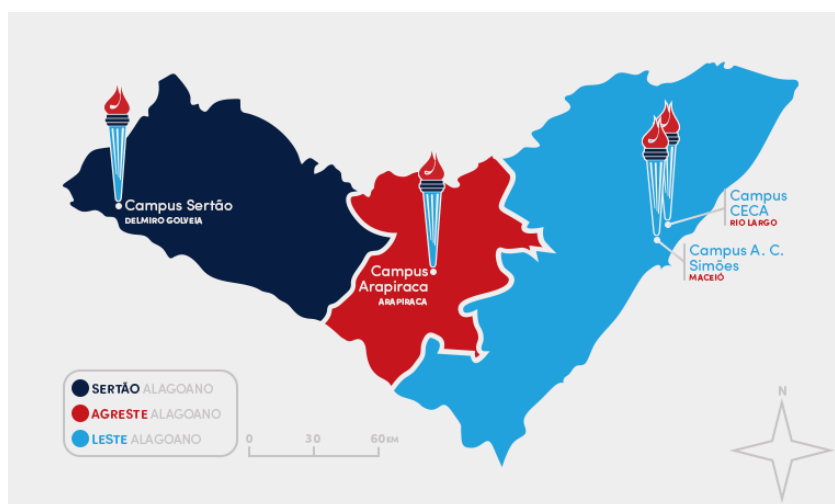


Figura 1 : Campi da Universidade Federal de Alagoas

Os campi são: Campus A.C. Simões, Campus CECA, Campus Arapiraca e Campus Sertão.

8.1 Missão

A Universidade Federal de Alagoas tem por missão produzir e socializar conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, a partir do ensino, da pesquisa e da extensão, de modo a formar acadêmica e profissionalmente sujeitos capazes de atuar de forma ética, inclusiva e democrática na sociedade.

Educar para vida e para o trabalho.

8.2 Princípios e valores

A UFAL visa proporcionar a formação holística do ser humano em seu caráter

científico, tecnológico e humanístico nos vários níveis e modalidades de ensino, graduação, especialização, mestrado e doutorado, envolvendo pesquisa e extensão, contribuindo para a formação e capacitação de profissionais para o mundo do trabalho.

De acordo com o Estatuto da Ufal, no seu artigo 1º, parágrafo único, a Universidade observa os seguintes princípios e finalidades decorrentes de sua natureza de instituição pública e gratuita: a) da gestão democrática e descentralizada; b) da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da eficiência e eficácia, da publicidade de seus atos; c) da ética, como norteadora de toda a prática institucional, em todas as suas relações internas e com a sociedade; d) da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; e) da liberdade de expressão do pensamento, de criação, de difusão e socialização do saber; f) da universalidade do conhecimento e do fomento à interdisciplinaridade; g) do desenvolvimento científico, político, cultural, artístico e socioeconômico do Estado de Alagoas; h) da regular prestação de contas; i) da articulação sistemática com as diversas instituições e organizações da sociedade.

8.3 Outros aspectos

A UFAL, em seu artigo 2º do Estatuto apresenta os objetivos institucionais:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e a investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos, e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VI - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à

difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e das pesquisas científicas geradas na instituição.

9 Concepção do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

O curso de pós graduação Lato sensu em Gestão Pública Municipal da UFAL, campus Maceió/UAB vem ao encontro das necessidades das organizações públicas contemporâneas, que buscam gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional. Com a finalidade de alcançar a demanda dos gestores públicos municipais do estado de Alagoas em nível de especialização, incluindo seus mais distantes municípios, a oferta do referido curso é uma forma eficaz para ampliar o número de beneficiários da formação em especialização gratuita e de qualidade, favorecendo o desenvolvimento da sociedade alagoana.

Existe uma demanda de servidores públicos que precisam de qualificação, em nível de pós graduação, de forma a melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

É neste contexto que a presente proposta de curso está inserida, na qual se destaca o principal objetivo do curso, que se refere à maior participação da UFAL no processo de formação e capacitação de profissionais qualificados para exercerem a função de gestor público municipal.

9.1 Diretrizes metodológicas para formação do curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional;
- II. enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos;
- III. produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito

da gestão pública, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- ▶ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ▶ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

9.2 Concepção pedagógica do curso

A concepção do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar no contexto da gestão pública à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações governamentais e não governamentais e visando o desenvolvimento socioeconômico.

9.2.1 Objetivo geral

Capacitar os participantes a atuarem como gestores e analistas das políticas governamentais no âmbito local, nos seus processos de formulação, implementação e avaliação e nas atividades administrativas e de prestação de serviços das organizações públicas municipais.

9.2.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos deste curso:

- Desenvolver habilidades e competências para melhorar a prestação de serviços públicos municipais;
- Contribuir para a melhoria da gestão dentro de uma visão estratégica do setor público, a partir do estudo crítico, sistemático e aprofundado da

realidade administrativa local.

9.3 Organização curricular

O curso foi estruturado em dois módulos. O módulo básico contempla disciplinas comuns a todos os cursos de especialização, módulo específico apresenta disciplinas alinhadas aos objetivos de cada um dos cursos.

9.3.1 Módulo Básico (1º)

O Módulo Básico é composto por seis disciplinas/atividades de 30 horas, perfazendo um total de 180 horas:

Ord.	Disciplinas / Atividades	C. H.
1	Introdução a EAD	30
2	Política e Sociedade	30
3	Políticas Públicas	30
4	Gestão Pública	30
5	Metodologia da Pesquisa	30
6	Município e Arranjos Interfederativos	30
-	TOTAL DE HORAS/ MÓDULO BÁSICO	180

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, os problemas e questões da atuação do Estado e das administrações públicas municipais.

9.3.2 Módulo Específico + Monografia (Elaboração TCC)

O módulo específico em Gestão Municipal é composto por seis disciplinas de 30 horas, perfazendo um total de 180 horas adicionado 30 horas da monografia.

Ord.	Disciplina	C. H.
7	Gestão Tributária e Orçamento Municipal	30
8	Desenvolvimento Urbano	30
9	Gestão da Saúde	30
10	Gestão da Educação	30
11	Licitações, Contratos e Convênios	30
12	Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos	30
-	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	180

3º Módulo

13	Elaboração de TCC	30
-	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	30

9.3.3 Ementário

Disciplina 1 – Introdução a EAD – 30h

EMENTA
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA . 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.
HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância . Fortaleza: RDS Editora, 2010.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte . São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.
MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem . São Paulo: Saraiva, 2015.
MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a distância: pontos e contrapontos . São Paulo: SUMMUS, 2011.
SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. Educação e tecnologias da informação e comunicação . Salvador: UNEB/EAD, 2010.
SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem . Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Disciplina 2 – Política e Sociedade – 30h

EMENTA
Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo.

Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria: estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, por que manda, como manda**. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 2012.

Disciplina 3 – Políticas Públicas

EMENTA

Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas**. Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2. Parcialmente disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (orgs.). **Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Disciplina 4 – Gestão Pública

EMENTA

Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, *accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na união e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>COSTIN, Cláudia. Administração Pública. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.</p> <p>DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. Teorias da administração pública. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.</p> <p>PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (orgs.). Administração pública: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (orgs.). Reforma do estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.</p> <p>FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christopher W.; LICARI, Michael J. The public administration theory primer. Oxford: Westview Press, 2011.</p> <p>JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (orgs.). Inovação no campo da gestão pública local. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.</p> <p>PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.</p> <p>TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de administração pública brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.</p>

Disciplina 5 – Metodologia da Pesquisa

EMENTA
<p>Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso da ABNT).</p>
REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>RICHARDSON, Roberto Jarry <i>et al.</i> Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.</p>

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010. 296 p.,.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Disciplina 6 – Município e Arranjos Interfederativos – 30h

EMENTA

Poder local e federalismo no Brasil contemporâneo. Pacto Federativo: O Município no sistema político brasileiro. Competências Constitucionais, Legislação e Lei Orgânica do Município. Micro Regiões e Regiões Metropolitanas. Arranjos locais e interfederativos: Parcerias Público Privada, consórcios, cooperação, redes e outros. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARRETCHE, Marta. **Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV/Fiocruz, 2012.

HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (orgs.). **Federalismo e Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

SPINK, Peter; BAVA, Silvio; PAULICS, Veronika (orgs.). **Novos contornos da gestão local**: conceitos em construção. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/930/930.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na administração pública**. 11. ed. São Paulo: GEN/Forense, 2017.

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos. **Cadernos Adenauer XII** (2011), Rio de Janeiro, n. 4, abril 2012.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (orgs.). **Inovação no campo da gestão pública local**: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Romualdo P.; SANTANA, Wagner. **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.

Disciplina 7 – Gestão Tributária e Orçamento Municipal – 30h

EMENTA

Tributos Municipais. Tributos como ferramenta de indução ao desenvolvimento municipal. Transferências Governamentais. Planejamento Orçamentário: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Experiências de Orçamento Participativo. Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Crimes Fiscais. Controle social e transparência. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRUNO, Reinaldo Moreira. **Lei de Responsabilidade Fiscal e Orçamento Público Municipal**. 5. ed. Curitiba (PR): Juruá, 2013.

MACEDO, Alberto; AGUIRREZÁBAL, Rafael; PINTO, Sergio Luiz de Moraes; ARAÚJO, Wilson José de. **Gestão Tributária Municipal e Tributos Municipais**. São Paulo: Quartier Latin, 2017. v. 6.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (orgs.). **A reforma esquecida**: orçamento, gestão pública e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. amp. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (orgs.). **Planejamento e Orçamento governamental**. Brasília: ENAP, 2006. v. 2. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213>. Acesso em: 02 ago. 2019.

FREITAS, Mário S. N. **Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica**. Salvador: Bahia Análise e Dados, 2003.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, p. 7-70, 2001.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando. **Disciplina fiscal e qualidade do gasto público**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Disciplina 8 – Desenvolvimento Urbano – 30h

EMENTA

Teorias, abordagens e indicadores do desenvolvimento urbano. Gestão de Serviços e Equipamento Urbanos. Gestão Ambiental e de Resíduos Sólidos. Uso e Ocupação do Solo. Gestão do Patrimônio Histórico, Cultural e Social. Saneamento. Mobilidade Urbana. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LING, Anthony. **Guia de gestão urbana**. São Paulo: BEI, 2017.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio (orgs.). **Reforma urbana e gestão democrática**: promessas e desafios do estatuto da cidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

SCHWALM, Hugo; LADWIG, Nilzo Ivo. **Espaço Urbano Sustentável**: planejamento, gestão territorial, tecnologia e inovação. Florianópolis: Insular, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARBOSA, Rildo Pereira; IBRAHIN, Francini Imene Dias. **Resíduos sólidos**: impactos, manejo e gestão ambiental. São Paulo: Saraiva, 2014.

BERNARDI, Jorge Luiz; BRUDEKI, Nelson Martins. **Gestão de Serviços Públicos Municipais**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 214 p.

OLIVEIRA, Dinara de Arruda. **Plano Diretor das Cidades**. Brasília: Juris, 2018.

SILVA, Edson Jacinto da. **Loteamento urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: JH Mizuno, 2016.

Disciplina 9 – Gestão da Saúde – 30h

EMENTA

Princípios do SUS e pacto federativo. Organização da Atenção à Saúde: cuidados primários e estratégia saúde da família. Planejamento municipal: plano plurianual, plano anual e relatório de gestão. Regulação, Controle e Avaliação. Financiamento municipal em saúde. Controle Social: conselho municipal de saúde; gestão participativa. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde** / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2015. 127 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **A Gestão do SUS** / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2015. 133 p.

GIOVANELLA, Lígia; ESCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; NORONHA, José Carvalho de; CARVALHO, Antonio Ivo de (orgs.). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

STARFIELD, Bárbara. **Atenção, primária**: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. cap. I e II. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_primaria_p1.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

MENDES, Eugênio Vilaça. **As redes de atenção à saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p. Disponível em: <http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/redesAtencao.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Manual para entender o controle social no SUS**. Brasília: CNS, 2013. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/manual_para_entender_controle_social.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; GUERRERO, André Vinicius Pires (orgs.). **Manual de Práticas na Atenção Básica: saúde ampliada e compartilhada**. São Paulo: Hucitec, 2008. Disponível em: http://andromeda.ensp.fiocruz.br/teias/sites/default/files/biblioteca_home/manual_da_s_praticas_de_atencao_basica%5B1%5D.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

PINEAULT, Raynald. **Compreendendo o sistema de saúde para uma melhor gestão**. 1. ed. Brasília: Linha Editorial Internacional de Apoio aos Sistemas de Saúde, 2016. Disponível em: <http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/LEIASS-2.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

Disciplina 10 – Gestão da Educação – 30h

EMENTA

Arcabouço legal e normativo de financiamento da educação na esfera municipal: LDB e Fundeb. Gestão da rede municipal de educação: unidades escolares, creches, projetos pedagógicos, valorização do magistério, matrícula, transporte e merenda. Arranjos interfederativos e políticas públicas na área de educação: Plano de Ações Articuladas. Conselhos escolares e controle social. Indicadores de Avaliação de Desempenho na Educação Básica. Uso de tecnologias na educação. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRAVO, Ismael. **Gestão Educacional no Contexto Municipal**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2014.

BROOKE, Nigel. **Avaliação da Educação Básica: a experiência Brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao FUNDEB**. 4. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BACICH, Lilian. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. São Paulo: Penso, 2017.

CUNHA, Maria Couto (org.). **Gestão Educacional nos Municípios: entraves e perspectivas** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 366 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/bxgqr/pdf/cunha-9788523209025.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: Inep, 2007.

GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães; BARBALHO, Maria Goretti Cabral; COSTA, Maria Simone F. Pereira M. **Dimensões do Plano de Ações Articuladas:** contextos e estratégias de implementação. São Paulo: Editora Mercado de Letras, 2017.

MARCELINO, Maria de Fátima. **Conselho municipal de educação e ensino escolar:** limites e perspectivas. São Paulo: Editora Mercado de Letras, 2013.

Disciplina 11 – Licitações, Contratos e Convênios

EMENTA

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação, invalidação e controle. Registro de Preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios. Planejamento de compras governamentais e Gestão de Suprimentos na administração municipal. Análise da Legislação Local. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos.** 17. ed. São Paulo: RTB, 2016.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas licitações e contratos.** 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

TOLOSA FILHO, Benedito de. **Licitações, Contratos e Convênios.** Curitiba: Juruá, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** 29. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Vade-Mécum de Licitações e Contratos.** 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo.** 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

Disciplina 12 – Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos

EMENTA
Planejamento Estratégico: conceitos, modelos, etapas e instrumentos. Elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos. Técnicas e instrumentos: redes de programação, cronogramas, orçamento financeiro. Equipe e estruturas de organização de projetos. Prospecção de fontes de financiamento. Relatórios de desempenho. Encerramento físico-financeiro de projetos. Estudos de casos aplicados.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
MINTZERG, Henry. Safari de Estratégia: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico . 2. ed. São Paulo: Bookman, 2010. MOORE, Mark H. Criando Valor Público: gestão estratégica no governo . Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: Enap, 2002. PRADO, Darci. Planejamento e Controle de Projetos . 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
ANDRADE, Arnaldo Rosa de. Planejamento Estratégico: Formulação, Implementação e Controle . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016. CONTADOR, Cláudio R. Projetos sociais: avaliação e prática . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas . 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015. PMI. Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos . 6. ed. Brasília: PMI do Brasil, 2017. TCU. Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão . Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.

Disciplina 13 – TCC (Monografia)

EMENTA
Trabalho científico: conceito, tipos. Técnicas de pesquisa. Redação Científica. Defesa de um Artigo Científico à banca examinadora.
REFERÊNCIAS BÁSICAS

ANDRADE, M.M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, G. A.; LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

WEISS, D. Como falar em público: técnicas eficazes para discursos e apresentações. São Paulo: Nobel, 1991.

MARCONI, M.A.; LAKATUS, E.M. Metodologia do trabalho científico. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO. A.C. Desenvolvendo aplicações com UML 2.0: do conceito à implementação. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.

WAZLAWICK, R. Análise e projeto de Sistemas de informação orientados a Objetos. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

10 Estrutura administrativo-pedagógica

A Educação à Distância oferece possibilidades de novas práticas sociais e educativas, pela forma de organizar o ensino e a aprendizagem, como também por suas características.

Na EaD é utilizada a metodologia construtivista onde o aluno é quem constrói seu conhecimento através do seu professor tutor. Trata-se de uma ação mais coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente.

O Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **aluno** matriculado no curso;
- **professores autores**, responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA));
- **professores formadores**, responsáveis pela oferta das disciplinas;
- **professores pesquisadores**, vinculados a programas de pós-graduação da Ipes, ou a projetos de pesquisa;
- **tutores**, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada; e

- **equipe de apoio**, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística.

10.1 Equipe multidisciplinar

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta pelo corpo docente, tutores, e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e funções técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso.

A equipe multidisciplinar, estabelecida em consonância com o PPC, é constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, é responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância e possui plano de ação documentado e implementado e processos de trabalho formalizados.

O curso contará com o apoio da equipe multidisciplinar da Cied..

10.2 Programa de capacitação e atualização da equipe multidisciplinar

A formação é desenvolvida pelo NPMF (Núcleo de Produção de Materiais Didáticos e Formação) da Cied/Ufal.

A capacitação dos profissionais envolvidos ocorrerá com a realização dos seguintes cursos:

- **Produção dos Materiais:** Conhecer o processo de produção de videoaula; Conhecer técnicas de apresentação de aula em frente às câmeras; Capacitar o profissional para a elaboração de guias de estudo para Educação a Distância;
- **Formação de Tutores:** Apresentar aos profissionais conhecimentos práticos sobre introdução, conceitos e características de ambientes virtuais de aprendizagem; Apresentar aos tutores conhecimentos práticos sobre a utilização de videoconferência/ webconferência para interação entre os atores do processo de ensino-aprendizagem em EAD;
- **Formação em Gestão de Educação a Distância:** Curso para a gestão dos processos estratégicos, logísticos e operacionais dos cursos da UAB.
- **Formação de pessoal Técnico/Administrativo:** Curso sobre Ambiente Virtual de

Aprendizagem utilizado.

10.3 Docentes que participam da gestão do curso

O corpo docente deste curso será formado, preferencialmente, por professores com titulação de Mestrado e Doutorado, previamente selecionados por meio de edital, a partir das recomendações da UAB/Capes. Além da titulação, outros requisitos exigidos são experiência no ensino a distância e produções acadêmicas. Com isso, espera-se ter um corpo docente preparado para minimizar dificuldades dos discentes, ministrar o conteúdo contextualizado e em alinhamento com atividades que concorram para aprendizagem e alcance dos objetivos propostos para o curso.

10.3.1. Experiência no exercício da docência na educação a distância

A experiência do corpo docente no exercício da docência na educação a distância permite identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exerce liderança e é reconhecido pela sua produção.

11 Infraestrutura e processo de gestão acadêmico-administrativa

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ a produção e a organização do material didático apropriado à modalidade;
- ▶ processos próprios de orientação e avaliação;

- ▶ monitoramento do percurso do estudante; e
- ▶ criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de ensino aprendizagem.

Para este curso, a estrutura e a organização do sistema, que dá suporte à ação educativa, preveem a organização de uma rede comunicacional e de produção do material didático.

Rede comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a Ipes e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estruturas física e acadêmica na Ipes, com a garantia de:

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- ▶ manutenção dos núcleos tecnológicos na UFAL e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- ▶ organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a UFAL.

Produção de material didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. O material didático do curso de Especialização em Gestão Municipal encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa.

O material didático é acessível e que, a depender da criação de material pelos professores autores das disciplinas ou dos componentes curriculares, o material passará por avaliação do NPMF (Núcleo de Produção de Materiais Didáticos e Formação) da Cied/Ufal.

Os materiais também serão elaborados por professores selecionados por Edital

que passarão por um processo de formação e capacitação, visando à realização da seguinte produção: Conteúdos de estudo, Plano de ensino, Guia de estudo, Atividades avaliativas individuais e em grupo e mídias e recursos tecnológicos.

Os materiais produzidos pelos professores deverão estimular os alunos na resolução de problemas de gestão pública contextualizados à realidade socioeconômica em que se encontram inseridos, estimulando reflexões críticas e pensamento analítico.

11.1 Sistema de Tutoria

As atividades de tutoria atendem às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular, compreendendo a mediação pedagógica junto aos discentes, inclusive em momentos presenciais, o domínio do conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo, e são avaliadas periodicamente por estudantes e equipe pedagógica do curso, embasando ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras.

A tutoria no curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser considerado como sendo um mero motivador de aprendizagem.

Os conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe de tutoria são adequados para a realização de suas atividades, e suas ações estão alinhadas ao PPC, às demandas comunicacionais e às tecnologias adotadas no curso, são realizadas avaliações periódicas para identificar necessidade de capacitação dos tutores e há apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras para a permanência e êxito dos discentes.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão com os

professores formadores a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes, se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico-metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Ipes antes do início e ao longo do curso.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- e-mail, entre outros.

As atividades dos tutores no curso são as seguintes:

- Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os estudantes;
- Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;

- Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA e responder as solicitações dos alunos nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela IES;
- Participar do processo de avaliação da disciplina sob a orientação do professor responsável;
- Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos pólos, em especial na aplicação das avaliações.

A experiência do corpo tutorial permite fornecer suporte às atividades dos docentes, realizar mediação pedagógica junto aos discentes, demonstrar inequívoca qualidade no relacionamento com os estudantes, incrementando processos de ensino aprendizagem, e orientar os alunos, sugerindo atividades e leituras complementares que auxiliam sua formação.

O corpo de tutores possui experiência em educação a distância que permite identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares e elaborar atividades específicas, em colaboração com os docentes, para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades, e adota práticas comprovadamente exitosas ou inovadoras no contexto da modalidade a distância.

11.2 Encontros presenciais

Os encontros envolverão os atores pedagógicos e administrativos. Entre as atividades a serem contempladas incluem-se avaliação do desempenho discente (quando necessário), apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

12 Diretrizes de avaliação

A avaliação é entendida como atividade que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EAD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

O processo de avaliação de aprendizagem na EAD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

No contexto da EAD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Gestão Municipal.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem

As tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo de ensino-aprendizagem permitem a execução do projeto pedagógico do curso, garantem a

acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interatividade entre docentes, discentes e tutores (estes últimos, quando for o caso), asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

12.1 Avaliação institucional

A avaliação de curso que deverá ser executada com regularidade, com vistas à garantia da qualidade do mesmo. Será considerado:

- Integralização curricular, enfatizando a interdisciplinaridade e a integração entre as disciplinas;
- Correspondência do currículo às habilidades e ao perfil profissional;
- Cumprimento efetivo dos conteúdos programáticos;
- Grau de atendimento do projeto pedagógico do curso às condições e às perspectivas do mercado de trabalho regional e às demandas gerais da sociedade.

12.2 Avaliação dos subsistemas de EAD

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de pós graduação Latus sensu em Gestão Pública Municipal tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos do curso. Desta forma, serão aplicados questionários, pelos atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles, estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante;
- desempenho dos professores-tutores;
- desempenho dos professores formadores;
- adequação do sistema de tutoria;
- adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- qualidade do material impresso
- qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- desempenho da coordenação do curso; e eficácia do programa.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD.

12.3. Avaliação de aprendizagem

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância requer considerações especiais. Inicialmente porque uma das finalidades da Educação a Distância é que os estudantes deve ter a capacidade de produzir conhecimentos, analisar e posicionar-se frente às situações concretas que se lhes apresentem. Posteriormente, o discente não conta com a presença física do docente diariamente. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado;
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências.

As avaliações do desempenho do estudante serão regidas das seguintes maneiras:

I. Num primeiro nível, as avaliações serão realizadas a distância através de atividades propostas no AVA, com critérios para análise do sucesso e do envolvimento do aluno no processo.

II. Num segundo nível, as avaliações ocorrerão de forma presencial, com questões temáticas.

Essas questões ou proposições serão elaboradas pelos professores responsáveis pelas disciplinas e aplicadas pelos tutores.

Caso o aluno não tenha o desempenho desejado, ao término do processo ser-lhe-á propiciada uma avaliação final e os resultados serão assinalados pelo professor nos registros acadêmicos. Se não for obtida a aprovação esperada, o aluno deverá refazer seus estudos na disciplina que foi reprovado.

No final do curso, terá a elaboração do TCC e respectiva defesa em banca examinadora.

No que toca aos procedimentos a serem observados na avaliação do processo ensino aprendizagem, observar-se-á os dispositivos do Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da UFAL. (Regulamento Geral de Pós-Graduação Lato Sensu nº 32 /2021 – CONSUNI, de 06 de abril de 2021)

Art. 54. A verificação do desempenho será feita pelo docente da disciplina, levando-se em consideração os critérios definidos e devidamente registrados no plano de cada disciplina descrito no Projeto.

Art. 55. Serão considerados aprovados nas disciplinas ou atividades do curso os alunos que tiverem frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista em cada disciplina, além de aproveitamento aferido em processo formal de avaliação.

§ 1º A verificação do aproveitamento nas disciplinas será feita por meio de produção acadêmica compatível com a natureza da disciplina, integrando sempre registro(s) escrito(s) das atividades, conforme o disposto no plano de trabalho aprovado pelo Colegiado do curso.

§ 2º Pelo menos 70% (setenta por cento) da carga horária mínima corresponderão ao conteúdo específico do curso.

§ 3º O sistema de avaliação de desempenho por disciplina será o de conceito, expresso por letras, observada a seguinte equivalência de rendimento relativo:
CONCEITO: RENDIMENTO RELATIVO: LETRA:
A- Excelente de 90% a 100%
B- Bom de 80% a 89%
C- Regular de 70% a 79%
D- Insuficiente Inferior a 70%

Art. 56. Será considerado aprovado no curso com direito a Certificado o discente que obtiver:

1. Conceitos A, B ou C em cada uma das disciplinas e atividades práticas do curso.
2. Frequência mínima de 75% em cada uma das disciplinas teóricas e de 85% nas disciplinas práticas dos cursos presenciais.
3. Frequência mínima de 75% nas atividades presenciais obrigatórias dos cursos oferecidos na modalidade de Educação a Distância, compreendendo avaliação, exames, estágios, defesa de trabalhos ou atividades práticas, nos polos de apoio presencial, devidamente credenciados.

Parágrafo único. Mesmo que o aluno possua 75% de frequência obrigatória no curso, só será considerado aprovado com direito a receber certificado, o aluno que tiver cursado todas as disciplinas teóricas/práticas do curso com aproveitamento.

Nos casos previstos em lei em que o estudante estiver impossibilitado de

frequentar aulas, deverão ser aplicadas as disposições do Regulamento da UFAL.

13. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O Ambiente Virtual de Aprendizagem, constante no PPC, apresenta materiais, recursos e tecnologias apropriadas, que permitem desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional, e passa por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua.

A nova arquitetura pedagógica foi adotada pela Cied no ano 2023 (cursos de pós-graduação) e estendida para a graduação em 2024. Ela traz a concepção das trilhas de aprendizagem, as quais são eixos estruturantes que visam ao aprendizado contínuo e progressivo dos conteúdos dos componentes curriculares. As trilhas se subdividem em 4 elementos: Problematização (abordagem inicial do componente, trazendo um estudo de caso ou outro objeto que enseje a aprendizagem baseada em problemas); Saberes e Descobertas (elemento voltado para a inserção de materiais de apoio didático, tanto de natureza básica, como complementar); Desafios (relativos às atividades de aprendizagem) e Mentorias (elemento relacionado aos encontros síncronos/aulas ou tutoria síncrona para sanar dúvidas dos estudantes).

14. Processo de comunicação-interação entre os participantes

É fundamental o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas síncrona e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação síncrona serão *chat* e *webconferências*. Como processos de comunicação diacrônicos, serão utilizados fóruns de discussão ou dúvidas, mensagens via plataforma, tarefas e e-mail.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

A postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso pressupõe, a compreensão do processo de construção do conhecimento e, por outro lado, a compreensão de avaliar como processo de interação entre estudante-conhecimento-tutor-professor-formador.

15. Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância

A particularidade da mediação entre discentes, docentes e tutores constituem-se indicadores imprescindíveis para o desempenho e a avaliação do curso na educação a distância.

Há interação, explicitada no PPC, que garante a mediação e a articulação entre tutores, docentes e coordenador do curso (e, quando for o caso, coordenador do polo), há planejamento devidamente documentado de interação para encaminhamento de questões do curso, e são realizadas avaliações periódicas para a identificação de problemas ou incremento na interação entre os interlocutores.

Essas avaliações serão realizadas a cada término da oferta do curso com o feedback dos discentes em relação às dúvidas dos conteúdos abordados, interação síncrona com participação nos chats, videoconferências, etc, como também, interação assíncrona com participação nos *fóruns*, *e-mail* (instrumento tecnológico fundamental na promoção das interações no curso). Também serão avaliados os tutores, pelo coordenador de tutoria, sobre o comprometimento diário na plataforma observando sua interação com os discentes, como também docentes e coordenador de curso.

Merece destaque que o moodle (Ambiente Virtual de Aprendizagem) é de grande proveito, em virtude que é o AVA adotado pela UFAL.

Referências

ABRÚCIO, Fernando L.; COUTO, Cláudio G. A redefinição do papel o Estado no âmbito local. **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 3, p. 40-47, 1996.

ABRÚCIO, Fernando L. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 39, n. 2, p. 401-420, Mar/Abr, 2005.

BERGUE, S. T. **Gestão de estratégica de pessoas no setor público**. São Paulo: Atlas,

2014.

ENAP. **Competências essenciais de liderança para o setor público brasileiro**, 2021.

Governo do Estado de Alagoas. **Plano Plurianual 2024-2027**. Disponível em: <https://transparencia.al.gov.br/orcamento/plano-plurianual/>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de indicadores 2022** – PNAD. Rio de Janeiro, 2022.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2022 – Notas Estatísticas**.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 40, n. 3, p. 479-499, Mai/Jun, 2006.

PINHO, José A. G.; SANTANA, Mercejane, W. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. Programa Gestão Pública e Cidadania. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 20, 2001. Disponível em: http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2020.pdf. Acesso em: 12 jul. 2008.